

Apresentação do Dossiê

Educação Infantil: em questão as crianças entre 0 e 3 anos e a creche

Catarina Moro
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE)
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Mônica Appezzato Pinazza
Grupo de Pesquisa Contextos Integrados de Educação Infantil - CIEI
Universidade de São Paulo (USP)

Os direitos de bebês e crianças bem pequenas são o foco de atenção de pesquisadores e educadores em diferentes fóruns de debate internacionais e nacionais, apontando que, na esfera global, em variadas medidas, os serviços destinados a faixa etária de 0 a 3 anos padecem de fragilidade no interior das decisões de legisladores e gestores.

Essa condição é muito bem retratada, por exemplo, nas conferências anuais promovidas pela European Early Childhood Education Research Association (EECERA) que, ao congregarem estudiosos da infância e da educação infantil dos cinco continentes (Ásia, África, Américas, Europa e Oceania), traz como um dos temas de destaque as políticas públicas de cuidado e educação para o período de 0 a 3 anos, além de manter um Special Interest Group (SIG) intitulado Birth to Three.¹ E, em território brasileiro, em eventos como a ANPED; GRUPECI e COPEDI, não faltam enfáticas referências às questões relativas à infância de 0 a 3 anos, consideradas as conquistas de seu estatuto institucional nas últimas décadas e também os constantes desafios que se impõem ao campo para preservar tais conquistas.

Em grande medida, o Brasil partilha com outros países latino-americanos de uma realidade social que, como assevera Gutierrez (2019) baseada em dados da Unicef, é marcada por profundas desigualdades, por diferentes formas de violência e exploração com impactos negativos às circunstâncias de vida de crianças, mesmo antes de seu nascimento, o que representa condição totalmente desfavorável à observância dos direitos humanos fundamentais.

¹ Detalhes podem ser obtidos em <https://www.eecera.org>

No Brasil, a história de atendimento aos bebês e crianças bem pequenas é marcada, em suas origens pela ausência de políticas públicas, estando sob a responsabilidade de iniciativas privadas filantrópicas, médicas e assistencialistas, com marcado vinco de moralização e disciplinarização da pequena infância e das famílias. Ao cotejarmos, contemporaneamente, as taxas de atendimento entre creche e pré-escola a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE/Pnad em 2017, encontramos uma taxa de atendimento de 32,7% para as crianças até 3 anos. No mesmo ano a taxa da pré-escola, para crianças de 4 e 5 anos estava em 91,7%. Em 2011, Fúlvia compartilhava uma inquietação relativa “à permanência e à valorização periódica de políticas familiaristas para bebês (por exemplo, creches domiciliares e programas de educação de mães), visando a substituição (e não complementação) da ampliação da rede de creches” (ROSEMBERG, 2011, p.12). A trajetória histórica secular das creches não concedeu a essas instituições um lugar definitivo no cenário político-educacional.

Num esforço por sobrepujar nossa própria história e podermos obter mais conquistas para o cuidado e educação das crianças menores de 4 anos tivemos com a aprovação do Plano Nacional de Educação vigente (PNE 2014-2024) a demarcação de demandas específicas para o segmento creche. O PNE, para essa sub-etapa, manteve na Meta 1 a indicação já presente no PNE 2001-2011, de ampliação da oferta de modo a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o ano final da sua vigência, ou seja, até 2024. Na Meta 20, vemos o compromisso de “ampliar o investimento público em educação pública”, visando chegar ao mínimo de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, no 5º (quinto) ano de vigência da Lei (que teria sido 2019) e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB até 2024.

Longe disso, o que tem ocupado os debates e mesmo pesquisas e discussões acadêmicas recentes são os riscos prováveis de o atendimento às crianças de 0 a 3 anos vir a sofrer mudanças com novas definições nas políticas públicas no que se refere à competência da área da Educação. Receios infundados? Alardes? Desencontro de informações? Independentemente de haver ou não comprovações sobre alterações futuras, estamos diante de fatos que não permite que nos despreocupemos e que também não são animadores quando o que se gostaria de testemunhar é o aumento da oferta de vagas em creches nas muitas cidades brasileiras.

Um fato dado, desde 2009, com a instituição da Emenda Constitucional nº 59, é o tensionamento nos municípios a partir da mudança na legislação que passou a exigir implementação progressiva, até 2016, universalizando as matrículas para crianças entre 4 e 6 anos. Contudo, cabe considerar que mesmo antes da promulgação dessa Emenda, Rosenberg (2006) nos alertava para a invisibilidade pública desse grupo etário (0 a 3 anos). E, o quanto as “políticas familiaristas” trazem consigo um “impacto negativo, sobretudo entre crianças de 0 a 3 anos negras e pobres”. (ROSEMBERG, 2011, p.12).

Patricia Sesiuk (2019) relata sua pesquisa de mestrado em que tematiza a situação da oferta e acesso a vagas em creche, nas unidades da rede municipal de Curitiba, capital do Paraná, e, constata a existência de desigualdade intrageracional (0 a 3 – 4 e 5 anos), de acordo com o local de moradia e o contexto socioeconômico de bebês e crianças bem pequenas. Tendo partido de uma população de 0 a 3 anos estimada em 94.336 crianças de 0 a 3 anos, Curitiba teve em 2017, somente 14.740 crianças matriculadas em unidades municipais e 16.525 crianças matriculadas em instituições particulares. A autora enfatiza que se fosse cumprir “o quesito “preferencialmente em rede pública”, determinado pela Lei federal nº 13.005 e previsto também na Lei municipal nº 14.681, precisaria de uma ampliação de 32.428 matrículas conforme a meta nacional” (SESIUK, 2019, p. 155). Tal constatação mitiga a identidade e a concepção de

educação infantil como serviço de educação e cuidados das crianças desde bebês até os 6 anos de vida. Além de ferir a condição de cidadania e emancipação das crianças e de suas famílias.

Outro estudo, anterior, de Araújo (2012) investigou o perfil de gastos em educação por municípios brasileiros e evidenciou que os fatores de ponderação do Fundeb não estão sendo efetivamente praticados pelos municípios, sendo que para o segmento creche, a distância entre o esperado e o real é ainda mais abissal. O autor conota esse dado como de grande relevância no que se refere ao “efeito indutor que os fatores de ponderação possuem: quanto mais distante do gasto real, menos estimulador do aumento da oferta e mais indutor de formas precárias de oferecimento dos serviços (ARAÚJO, 2012, p. 1224). A pesquisa também reiterou a forte desigualdade regional: “O valor médio encontrado em creches no Nordeste representa apenas 36,5% da média nacional. Por outro lado, o valor encontrado no Sudeste é 4,4 vezes maior do que o praticado no Nordeste e 1,6 vezes maior do que a média nacional”. (ARAÚJO, 2012, p. 1223).

Decorrente desses e de outros fatores, parece ter se ampliado uma concorrência no interior da etapa da Educação Infantil, na qual o atendimento para os bebês e as crianças até os 3 anos perde força diante dos motivos jurídicos e orçamentários. Abre-se uma fragilização na concepção de Educação Infantil arduamente defendida e conquistada nos últimos anos, para a qual pudemos perspectivar e testemunhar a importância da continuidade entre as duas sub-etapas e para a qual se pensa uma educação de qualidade com um currículo que valorize as diferentes especificidades das sub-etapas sem perder a garantia de ter a centralidade do trabalho pedagógico cotidiano nas crianças, desde bebês, com ênfase nas interações dialógicas e nas brincadeiras. E, que se enriquecem a partir de grupamentos verticais, nos quais crianças de diferentes idades se podem relacionar constantemente nas diferentes experiências que lhes forem oportunizadas, nas quais podem construir diferentes saberes e constituir suas identidades.

A questão da formação e da carreira docente, em relação ao segmento creche, também é tema importante. No PNE encontramos ao menos quatro metas, que de modo direto ou indireto, se referem a essa questão (Metas 15 a 18). A Meta 15 faz referência ao regime de colaboração (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) como condição e possibilidade de garantir a proposição e efetividade de uma política nacional de formação dos profissionais da educação, no prazo de um ano de vigência do PNE 2014-2024, a fim de assegurar que “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior”. A próxima meta, 16, trata da formação continuada em pós-graduação, indicando a intenção de assegurá-la pelo menos para 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano do referido PNE. As metas 17 e 18 tratam da valorização dos profissionais do magistério e da carreira docente, respectivamente. Fica enfatizado o compromisso de “tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal” (BRASIL, 2014, Meta 18).

Rosinete Schmitt denota dois aspectos estruturantes das ações de cuidado e educação em contextos de creche: “a existência imperativa de relações de atenção individualizada, e o fato destas relações ocorrerem em um espaço de educação coletiva” (SCHMITT, 2014, p. 212). A autora, em concordância com Duarte (2011), traz mais uma demarcação fundamental quando pensamos no trabalho na Educação Infantil, que implica refletir e atuar na vicissitude de uma docência que deve ser sempre uma “docência compartilhada” (DUARTE, 2011).

Atender a aspectos essenciais da formação inicial e continuada e da carreira e remuneração docente de professoras e professores que atuem ou venham a atuar com bebês e crianças bem pequenas significa

valorizá-las como segmento social que deve ter seus direitos respeitados e efetivados, em reconhecimento à especificidades da docência para e com bebês e crianças bem pequenas.

Assim, os questionamentos de antes, continuam reverberando hoje: Como atender a uma demanda sempre muito maior que a oferta de creches em grande parte dos municípios brasileiros? Que questões as pesquisas acadêmicas têm abordado e o que se pode depreender delas? Qual é a direção e o alcance das políticas públicas em favor do 0 a 3 em face de realidades sociais plurais? Quais têm sido os embates e como vêm sendo enfrentados na formação profissional ao ter-se como foco a docência com e para os bebês e as crianças bem pequenas? O que significa pensar em um currículo para a creche numa perspectiva multicultural? Que especificidades devem ser asseguradas nas práticas educativas com bebês e crianças bem pequenas? Como vem sendo tratada a questão das relações parentais com o cotidiano da creche?

A proposta do presente dossiê temático da Revista Educação Unisinos, trazendo como objeto de estudo a infância de 0 a 3 anos e o cuidado e a educação em creche, é voltar as lentes de análise de oito produções acadêmico-científicas sobre os questionamentos, ora suscitados, de modo a abrir possibilidades de reflexão e de encaminhamentos mais férteis ao campo a partir deles.

Assim, este Dossiê compõe-se de quatro artigos decorrentes de estudos que revelam circunstâncias próprias da educação da infância de 0 a 3 anos brasileira; dois textos resultantes de estudos comparados, um, envolvendo Brasil e Dinamarca e outro, abordando tendências da Europa e Australásia e, por fim, dois artigos apresentando pesquisas desenvolvidas no exterior, com o retrato de aspectos específicos de realidades vividas pela infância de 0 a 3 anos em dois países, na Itália e em Portugal.

No primeiro artigo, intitulado **Os estudos sobre a educação de bebês no Brasil**, Elenice de Brito Teixeira Silva e Vanessa Ferraz Almeida Neves nos apresentam uma pesquisa bibliográfica, em que analisam a produção acadêmica, publicada entre 2000 e 2018, em periódicos cadastrados em dois portais eletrônicos – Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Portal de Periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) a fim de mapear as tendências da produção de conhecimentos sobre bebês em instituições de Educação Infantil e entender a constituição desse “novo” campo de estudos. As autoras se ancoram no fundamento ontológico da educação e cuidado coletivo de bebês como justificativa para uma epistemologia própria e também realçam os recortes etários e os marcos de desenvolvimento utilizados para a definição de quem é ou não bebê, precisam ser melhor compreendidas e enfrentadas pelas pesquisas da área. A tematização dos bebês nas investigações acadêmicas e presença do termo nos seus títulos simbolizam uma forma de resistência necessária em tempos de desmonte das políticas educacionais para as crianças com menos de 4 anos.

O segundo texto, de autoria de Andréa Costa Garcia, Mônica Appezzato Pinazza e Maria Carmen Silveira Barbosa, sob o título **Desvendando as pedagogias da creche: o que são práticas pedagógicas transmissivas em um berçário?**, dedica-se a pensar a configuração das práticas educativas de um berçário de uma creche pública pertencente à Secretaria Municipal da Cidade de São Paulo, trazendo uma discussão relativa à natureza do pensar e do fazer pedagógico de professoras de um berçário, em suas relações com os bebês. Identificam-se, mediante registros de episódios do cotidiano da creche, em um estudo de inspiração etnográfica, fortes indícios de processos transmissivos, que se revelam em forma de condutas disciplinadoras e muito orientadas à adaptação dos bebês aos ditames espaciais, temporais e relacionais das instituições educacionais, de modo a promover a preparação para as etapas educacionais subsequentes.

Nazareth Salutto, no terceiro artigo do presente Dossiê, começa com um questionamento bastante costumeiro quando se convive ou se trabalha com bebês e crianças bem pequenas **“Pode deixar rasgar?”** **Relação e subjetividade no cotidiano com bebês e livros na creche.** A autora tece suas descobertas aqui com base na sua pesquisa de doutorado que trazia a inquietação quanto ao que os bebês fazem com os livros e como as professoras poderiam agir para propiciar as interações dos bebês com os livros. Partindo de Winnicott e Buber a autora toma a dimensão subjetiva na constituição do BEBÊ COMO PESSOA decorrente de sua imersão na cultura. As observações do cotidiano educativo e das ações dos bebês no encontro com os livros, desvelam os impactos desse encontro e os sentidos possíveis ali construídos.

No quarto artigo, Paulo Sergio Fochi apresenta em língua portuguesa uma nova versão do artigo publicado na Revista *European Early Childhood Education Research Journal* (FOCHI, 2019), fruto de sua tese de doutoramento. Em **A relação entre adulto e criança na Educação Infantil: reflexões emergentes no Observatório da Cultura Infantil – OBECI**, Fochi relata o trabalho investigativo do OBECI quanto à relação entre adultos e crianças na Educação Infantil com base na abordagem teórica das pedagogias participativas e nos pressupostos da Documentação Pedagógica e, tendo a praxiologia como metodologia investigativa, discute aspectos que podem favorecer a constituição da profissionalidade das professoras dessa etapa.

O quinto artigo **Compreensões de práticas pedagógicas em Educação Infantil: olhares sobre o ambiente de um centro infantil de idades integradas na Dinamarca**, de autoria de Lenira Haddad, investiga a compreensão da prática pedagógica de educação infantil no Brasil e Dinamarca, utilizando o método SOPHOS (Esquema de Observação Fenomenológica de Segunda Ordem), que combina filmes interculturais e grupos focais como instrumentos metodológicos. Nesse artigo são analisadas as narrativas das observadoras brasileiras que caracterizam o centro infantil integrado dinamarquês como diverso do que em geral se atribui a uma escola. Nas falas delas apareceram os termos: casa, hotel, acampamento, comunidade, campo, família, chácara, entre outros, que contrapõem o modelo escolar rígido; permitindo maior acolhimento às crianças, mais aproximação com as famílias, mais envolvimento dos professores com as crianças, que refletem mais autonomia e liberdade às crianças, sem contuso, abdicar-se de regras na convivência educativa cotidiana.

Sara Barros Araújo e Katherine Bussey, trazem no sexto artigo, no original em língua inglesa, a pesquisa intitulada **Initial professional studies for working with children under-three: contemporary trends in Europe and Australasia** que, recorrendo a documentos legais e a bases de dados de acesso aberto, aborda a temática da formação inicial de profissionais da creche sob três aspectos: a governança e suas implicações na formação inicial; requisitos mínimos de qualificação e iniciativas políticas recentes. Figura nos destaques feitos pelas autoras o enfrentamento de alguns países aos desafios relacionados ao currículo da formação profissional inicial, assim como aos aspectos éticos implicados num compromisso coletivo.

Catarina Moro apresenta ao leitor no sétimo artigo do Dossiê, sob o título **Agrinido, um encontro das crianças com a natureza em territórios rurais, na Itália**, a proposta da região italiana de Marche. Nos últimos anos, tem sido crescente a presença de projetos e ofertas educativas de “retorno a terra”, com a adoção de percursos educativos mais próximos da natureza silvestre e rural. A experiência daquela realidade permite repensar a importância dessa integração e sensação de pertencimento às crianças, como valorização das vivências exclusivas da vida no campo, assim como, com os demais elementos da natureza agreste. Tal proposição, por articular áreas distintas - agrícola, social e educacional -, pode ser

instigante para repensarmos a oferta educativa às nossas crianças pequenas de territórios específicos, distintos do urbano.

O artigo que encerra o Dossiê, escrito por João Manuel Formosinho e Filipa Passos, intitula-se **Jornadas de envolvimento parental em creche – um estudo longitudinal**. Trata-se de um estudo de caso longitudinal, desenvolvido em um Centro Infantil de Lisboa, que considera como foco a temática da relação parental com a creche, com o objetivo de discutir o envolvimento das famílias no cotidiano das aprendizagens das crianças como fator de construção da qualidade dos contextos de creche. Os autores constatarem um envolvimento e participação crescente dos pais no cotidiano pedagógico, o que se reflete no enriquecimento da compreensão e contribuição dos pais e na satisfação, bem-estar e alegria das crianças.

A presente compilação de artigos busca diante de incertezas quanto à oferta de educação infantil para as crianças com menos de 4 anos, desde bebês, colocar ênfase sobre o que a área tem constituído em termos de proposições e de levantamentos sobre a creche e seus sujeitos –crianças e professores, em especial. Interessa-nos e cabe a nós, BRADARMOS, e não nos silenciarmos, por respeito às especificidades da oferta educativa em instituições coletivas de creche, como modelo formal da nossa política pública com bons salários e boas condições de trabalho.

Isso posto, o Dossiê **Educação Infantil: em questão as crianças entre 0 e 3 anos e a creche**, ora apresentado por nós, reverbera com Fúlvia Rosemberg que “a creche ainda constitui subetapa da educação brasileira que necessita fixar sua permanência legítima no sistema educacional” (ROSEMBERG, 2013, p. 30) e os diferentes artigos, aqui presentes, entram em sintonia com o desafio de agregar dados factuais, ideias, conceitos, vocabulário que denotem e ampliem a visibilidade dos bebês e crianças pequenas no universo acadêmico e sócio-político. Por isso mesmo, deixamos registrado nosso apreço e nossos sinceros agradecimentos a todas as pessoas que imprimiram sua autoria nesta obra. Aos leitores, fica, aqui, o nosso convite à reflexão!

Referências

- ARAÚJO, R. L. S. Desvendando o perfil dos gastos educacionais dos municípios brasileiros. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 121, p. 1215-1233, out/dez, 2012.
- DUARTE, Fabiana. **Professoras de bebês**: as dimensões educativas que constituem a especificidade da ação docente. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2011.
- FOCHI, P. Pedagogical documentation as a strategy to develop praxeological knowledge: the case of the observatory of childhood culture - OBECI. *European Early Childhood Education Research Journal*, v. 1, 2019, p. 1-12.
- GUTIÉRREZ, Jennifer Haza. La Construcción de Sentidos Colectivos para el Presente y Futuro de otros Mundos Posibles. In: **Revista In-fan-cia Latinoamericana**. Barcelona/Espanha. Rosa Sensat. No. 26. Ago/2019, p.8-13.
- ROSEMBERG, F. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 49-85.

ROSEMBERG, F. A criança pequena e o direito creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: Bento, Maria Aparecida S.. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. 1ed., 2011, v. 1, p. 11-41.

ROSEMBERG, F. Análise das discrepâncias entre as conceituações de educação infantil do Inep e o IBGE: sugestões e subsídios para uma maior e mais eficiente divulgação dos dados. **Relatório do projeto “Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no Tocante às Políticas Públicas de Educação Básica”**. Brasília: UNESCO, MEC, 2013.

SCHMITT, Rosinete V. **As Relações Sociais entre Professoras, Bebês e Crianças Pequenas**: contornos da ação docente. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SESIUK, PATRICIA. **Oferta e acesso à creche pública em Curitiba**: a construção da desigualdade social. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2019.